

ARTIGO

O CONTRABANDO DE ESCRAVOS EM ITAPEMIRIM APÓS 1850: RESISTÊNCIA AO CUMPRIMENTO DA LEI

Laryssa da Silva Machado

Licenciada em História (2007), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2009), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2016). Mestranda do Programa da Pós-graduação em História da UFES. Docente da Rede Municipal de Ensino de Marataízes-ES.

Resumo

O presente artigo pretende abordar o tráfico ilegal de escravos na região de Itapemirim-ES, mesmo após a promulgação da lei Euzébio de Queirós, que colocava fim ao tráfico internacional de escravos. Os Relatórios dos Presidentes Provinciais do Espírito Santo e outros documentos da época denunciam que, por várias vezes a região de Itapemirim recebeu navios suspeitos de trazerem escravos africanos, sendo que alguns chegaram a ser presos ou investigados. A necessidade de se manter esse tráfico ilegal se dava graças às lavouras de cana de açúcar e de café, presentes na região do Vale do Rio Itapemirim, que utilizavam grande quantidade de mão de obra escrava, além da proximidade do Porto de Itapemirim com a Corte, o que facilitava o comércio de mercadorias entre as regiões, dentre elas os escravos. A presença de africanos nas escravarias de Itapemirim era grande, como se pode perceber nos registros de Batismo e Óbito de escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, inclusive com batismos de africanos adultos ocorrendo na década de 1860. Isso demonstra que a vinda de africanos para a região de Itapemirim era prática comum e, conforme as denúncias, continuou após o fim do tráfico.

Palavras-chaves: Tráfico de Escravos, Escravidão em Itapemirim, Porto da Barra de Itapemirim.

1 – Introdução

A escravidão sempre esteve presente nas sociedades desde as civilizações antigas. Gregos, romanos, dentre outros povos, utilizaram escravos como base trabalhadora na construção de seus Impérios. Estes cativos eram obtidos, principalmente como pagamento de dívidas ou eram capturados em guerras, e tinham uma vida social que em muito se assemelhava aos homens livres daqueles povos. Essa prática também era comum nos Impérios da Costa do Atlântico, no continente africano, que escravizavam seus prisioneiros de guerra e seus devedores, fortale-

Abstract

The present article intends to address the illegal slave trade in the region of Itapemirim-ES, even after the enactment of the Euzébio de Queirós law, which put an end to the international slave trade. The Reports of the Provincial Presidents of Espírito Santo and other documents of the time state that the region of Itapemirim hosted ships suspected of bringing African slaves several times, some of which were detained or investigated. The need to maintain this illegal traffic was due to the sugar cane and coffee plantations in the Itapemirim valley, which used a large amount of slave labour, as well as the proximity of the Port of Itapemirim with the Court which facilitated the trade of goods between the regions, amongst which were slaves. The presence of Africans in the slave population of Itapemirim was large, as can be seen in the Baptism and Death records of slaves of the Parish of Nossa Senhora do Amparo, as well as through the baptisms of adult Africans occurring in the 1860s. This shows that the arrival of Africans to the Itapemirim region was a common practice and, according to the denunciations, continued to occur after slave trafficking came to an end.

Keywords: Slaves Trafficking, Slavery in Itapemirim, Barra de Itapemirim Port.

cendo assim seu poder. Os escravizados, por sua vez, podiam adquirir, com o passar do tempo, direitos dos não escravizados como o recebimento de heranças e direito a propriedades. Piori e Venâncio afirmam que

Entre os escravos, os mais privilegiados eram os prisioneiros nobres, usados em atividades militares. Aí podiam ver destacadas suas características de coragem e iniciativa. Eles podiam participar da divisão do espólio de guerra e aspirar a possuir seus próprios soldados. A seguir vinham os que trabalhavam nas famílias de camponeses; estes podiam chamar

o senhor de “pai” e trabalhar com seus filhos e filhas, freqüentar sua casa e desfrutavam um padrão de vida muito semelhante ao de seu senhor. (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2004, p. 17-18)

A escravidão existente entre os povos africanos assemelha-se bastante a escravidão antiga, apesar de apresentar discordâncias para a escravidão moderna, uma vez que na antiguidade não havia conotação a cor do cativo. “A diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, o escravismo moderno reforça o estatuto legal do cativo com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco.” (ALENCASTRO, 1997, p. 88). Porém, a prática da captura de cativos continuou a ser vivenciada pelos africanos ainda na modernidade. Florentino, em sua obra *Em Costas Negras*¹, descreve como os próprios africanos contribuíram para o fornecimento de mão de obra cativa para a América através da guerra, onde tanto o traficante europeu ou americano, quanto os grupos africanos, se beneficiavam com a captura e venda de humanos.

Os traficantes europeus demandavam escravos – e algumas vezes, alimentos –, podendo em troca oferecer instrumentos de guerra e outras mercadorias. Por sua vez, os grupos dominantes africanos viam no tráfico um instrumento por meio do qual podiam fortalecer seu poder, incorporando povos tributários e escravos. A venda destes últimos no litoral lhes permitia o acesso a diversos tipos de mercadorias e material bélico. Desse modo, aumentava a sua capacidade de produzir escravos, e por conseguinte, de controlar os bens envolvidos no escambo. Estava criado um circuito fechado em si mesmo, cuja velocidade de rotação dependia das oscilações da demanda americana. (FLORENTINO, 1997, p. 87)

¹ FLORENTINO, M. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Pode-se concluir então que, a captura e venda de escravos era uma atividade econômica lucrativa entre os povos do litoral africano, bem como para os traficantes europeus e americanos. Alencastro (2000, p. 49-50) destaca que escravos e o ouro eram as principais mercadorias exportadas em Alto Guiné nos séculos XVI e XVII. Em troca, esses africanos recebiam armas de fogo e cavalos, utilizados como bens de produção de escravos, tornando-se um ciclo que se retroalimentava.

Juntamente com a escravaria e o ouro, compunham a pauta de exportação da Alta Guiné marfim, âmbar, cera, almíscar, couros, goma-arábica, noz de cola, cobre e pimenta malagueta. Para o escambo, vinham panos bretões, flamengos, alentejanos e norte africanos, ferro dos países nórdicos e de Biscaia, vinhos e aguardentes ibéricos, cavalos da Espanha, do Marrocos e de Cabo Verde; “miçangas” da Índia. Entre as mercadorias europeias importadas, duas tinham impacto direto na produção mercantil de escravos: os cavalos e as armas de fogo (ALENCASTRO, 2000, p. 49).

Assim, a prática antiga da captura de escravos para o comércio continuou viva na África durante a modernidade, fornecendo para o continente americano quase 10 milhões de escravos entre os séculos XVI e XIX, onde cerca de 40% desse número desembarcaram nos portos brasileiros (FLORENTINO, 1997, p. 23). Estes, utilizados nas lavouras de *plantation*, nas minas e em outras atividades diversas dentro da economia brasileira, eram imprescindíveis, já que todo trabalho estava depositado sobre seus ombros. Mas também eram parte da sociedade, uma vez que estabeleciam relações sociais com outros cativos e com os livres.

A partir da década de 1970, a historiografia brasileira forneceu aos escravos identidade que durante muitos anos lhes foi negada. O uso de novas fontes como “livros tombo, livros paroquiais de registros de nascimento, de batismo, de matrimônio e de óbitos;

inventários e testamentos *post-mortem*, listas de escravos, cartas e registros de alforrias, entre outros” (FILHO, FILHO, 2012, p.2), deram ao escravo um papel de agente da história. Com essas novas fontes, a vida cotidiana dos homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram sendo descobertas e analisadas. Segundo Mattos

A partir dos debates historiográficos abertos pelas novas pesquisas sobre a história social da escravidão no período colonial, destaco, portando, uma renovada preocupação com a historicidade dos processos, que empresta novos significados à história política em sentido estrito. Sem voltar ao velho historicismo de problema único: o surgimento da nação entendido como construção essencializada, cada vez mais a dinâmica histórica dos processos estudados e a explicitação da questão formulada pelo historiador torna-se elementos-chaves a possibilitar um denominador comum às discussões historiográficas. (MATTOS, 2014, p.85)

Trabalhos inovadores passaram a destacar o cotidiano dos escravos, como o de Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*², que insere o cativo na sociedade brasileira como um personagem ativo, não como mera mercadoria. Outras obras analisam a família escrava, caso dos trabalhos de Florentino e Góes³, *A Paz nas Senzalas* e Slenes⁴, *Na Senzala uma Flor*. A família cativa, que foi negada por muito tempo pela historiografia tradicional, vista como inviável a escravidão brasileira, revela-se basilar na constituição da sociedade escravista, já que promovia a paz entre os cativos, como ressaltou Florentino e Góes, além de ser uma

herança africana, como bem analisa Slenes. Também merece destaque a obra de Faria, *A Colônia em Movimento*⁵, que apesar de não se tratar especificamente sobre escravidão, analisa a sociedade colonial do norte fluminense, demonstrando as várias teias de solidariedade tecidas pelos escravos nesta sociedade, sendo estas apenas algumas das múltiplas obras sobre o tema desenvolvidas nas últimas décadas.

Apesar de o escravo ser identificado nos escritos oficiais e relatórios de cronistas e viajantes como mercadoria, sinônimo de “coisa”, eles próprios não se viam assim e nem mesmo os que com eles conviviam cotidianamente. Nesta nova abordagem, o escravo deixa de ser um agente passivo e se transforma num agente ativo. Ele foi, também construtor de sua história, muitas vezes à revelia do senhor. (FARIA, 1998, p. 291)

Essa revisão historiográfica fez com que várias pesquisas sobre escravidão, utilizando esse novo conjunto de corpus documental, fossem desenvolvidas no Brasil. Não apenas regiões que se destacaram economicamente no período colonial e imperial, mas em locais com economia voltada para o abastecimento interno, sem o devido destaque político/econômico, começaram a ter suas escravarias pesquisadas. O Espírito Santo é um exemplo disso. Apesar de ter sido uma das quinze primeiras Capitânicas Hereditárias, muitas lacunas na historiografia ainda existem. Um impulso produtivo ocorreu com a criação dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo⁶. Dentre esses pode-se destacar os trabalhos sobre escravidão que vêm sendo desenvolvidos pelo grupo liderado pela Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos, docente desta academia, revelando detalhes do cotidiano escravo em várias regiões capixabas.

2 MATTOSO, K. M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

3 FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

4 SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

5 FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

6 Disponível em: <<http://www.historia.ufes.br/pos-graduacao/PPGHIS/hist%C3%B3rico>>

Nesta perspectiva de estudos sobre a escravidão capixaba, este trabalho pretende demonstrar como o fim do tráfico internacional de escravos foi sentido na província do Espírito Santo, especificamente na região do Vale do Itapemirim, que durante a segunda metade do século XIX, destacou-se economicamente graças às lavouras de café instaladas neste local. Além disso, a proximidade com a Corte facilitava o contato dos traficantes de escravos com os fazendeiros sul capixabas. Analisando documentos oficiais como os Relatórios e Falas dos Presidentes da Província a partir de 1850, bem como registros eclesiásticos de batismo e óbito de escravos, se observará que Itapemirim recebeu navios transportando africanos escravizados ilegalmente, bem como a presença dos cativos vindos da África era grande nesta sociedade.

2 – A grande lavoura e a escravidão no Espírito Santo

Desde os primórdios da colonização do solo espírito-santense, a cana-de-açúcar foi cultivada com relativo sucesso. Uma de suas primeiras medidas tomadas por Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo, foi “a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir” (DAEMON, 2010, p. 111). Aparentemente, nos primeiros anos de colonização o cultivo da cana foi bem sucedido. Segundo Freire (2006, p.59), “em 1545, havia aqui seis engenhos, dos quais dois movidos a cavalo”. Pau-brasil e açúcar eram os principais produtos da região, mas fatores adversos, entre eles a constante ameaça indígena, estagnaram a produção capixaba. Eram produzidos mil arrobas de açúcar, e o excedente era exportado diretamente para Lisboa, mesmo com uma população branca bastante reduzida e heterogênea, sendo este, o principal produto da capitania. Neste período, regiões como Rio de Janeiro e Ilhéus possuíam três engenhos cada, e a Paraíba apenas um. Pernambuco e Bahia se destacavam na

produção de açúcar, tendo, respectivamente 66 e 36 engenhos. Assim, o Espírito Santo tinha certa importância, se comparado às outras regiões coloniais, levando em consideração que Pernambuco e Bahia eram exceções diante das capitânicas brasileiras (BITTENCOURT, 1989 e BITENCOURT, 1987).

O grande engenho açucareiro foi o principal transformador do Espírito Santo, dinamizando a Capitania, já que em alguns engenhos existiam olarias, ferrarias, carpintarias, serrarias e artesanato têxtil. Essas produções provavelmente estavam voltadas à subsistência do próprio engenho, uma vez que a comunicação entre eles era dificultada pela mata fechada e o ataque dos índios presentes na Capitania (BITTENCOURT, 1987). Plantavam-se também alimentos como mandioca, algodão, milho, feijão e arroz, que era utilizado para alimentação dos moradores de cada propriedade (OLIVEIRA, 2008).

O Espírito Santo, que já nascera sob a égide da agroindústria açucareira, apesar das adversidades, criara tradição no setor. Em 1820, contavam-se na província cerca de 60 engenhos e 66 destilarias (engenhocas, talvez). Nessa mesma época, produzia-se ainda: algodão, feijão, arroz, café, milho e legumes diversos, sendo a farinha de mandioca um dos principais componentes da sua base alimentar. (BITTENCOURT, 1989, p. 36)

A mão de obra utilizada nos grandes engenhos era a escrava, como nas demais regiões açucareiras do Brasil. Segundo CAMPOS “a mão de obra escrava configurava um ativo bastante difundido na colônia brasileira, incluindo até mesmo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo.” (CAMPOS, 2006, p. 577). Assim, o Espírito Santo recebeu muitos escravos oriundos da África, e outros vindos de outras regiões do Brasil, podendo ser encontrados escravos africanos de diversas partes, e outros negros transferidos, principalmente da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e outras regiões do Nordeste (MACIEL, 1994).

Sendo assim, segundo Cleber Maciel:

Documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores, embora, oficialmente, a importação de força de trabalho diretamente da África só tenha ocorrido após 1561 (MACIEL, 1994, p. 11)

Podiam ser encontrados em território capixaba, negros saídos do porto de Guiné, além de muitos Bantos, Congos, Angolas, Benguelas, Cabindas, dentre outros povos africanos (MACIEL, 1994). Segundo Bittencourt (1987), desde o princípio da colonização havia um comércio triangular entre Vitória – Portugal – Angola, criando-se a Alfândega da Capitania. O Espírito Santo então recebia escravos diretamente da África além de produtos vindos diretamente da Europa. Os grandes engenhos tinham uma grande quantidade de escravos, já que a produção de cana-de-açúcar necessitava de um grande número de trabalhadores. Muitos escravos foram enviados ao Espírito Santo, compondo não apenas a mão de obra das lavouras como parte da sociedade.

O Espírito Santo era, durante o período escravista, uma Província essencialmente agrícola e totalmente apoiada a força de trabalho dos escravos. Neste caso, é necessário destacar que os negros exerceram todos os tipos de pesados trabalhos rurais e urbanos existentes. Mas é importante destacar que muitas dessas atividades requeriam inteligência iniciativa e conhecimento técnicos. (MACIEL, 1994, p. 38)

Porém, até a metade do século XIX, poucas embarcações trazendo africanos aportavam em solo espírito-santense. Assim “para a Capitania do Espírito Santo, em fins do século XVIII e início do século XIX, a reposição de escravos africanos raramente ocorria pelo abastecimento direto de navios negreiros vindos da África” (CAMPOS, 2006, p. 580). A reposição se dava através de embarcações vindas do

Rio de Janeiro, porém, “os produtores espírito-santense permaneceram necessitando de braços servís, aumentando, inclusive, os números de cativos por meio de importação de africanos.” (CAMPOS, 2006, p. 581). Esse número de escravos oriundos da África aumenta consideravelmente no Espírito Santo com a implantação das lavouras de café, permanecendo elevados até o fim do tráfico negreiro em 1850. E mesmo assim, algumas regiões da província capixaba continuavam a receber embarcações clandestinas durante a década de 1850.

Assim, no Espírito Santo havia quantidade significativa de escravos desde o início de sua colonização, mesmo com a produção de açúcar não sendo tão significativa como era nas principais capitanias do nordeste brasileiro, mas, quando comparada a outras regiões brasileiras, obtinha certo destaque. Além disso, o comércio triangular entre Vitória – Portugal – Angola, trouxe um grande contingente de trabalhadores negros para serem escravizados em terras capixabas. A implantação das lavouras de café, principalmente na região sul capixaba, dinamizou a economia, bem como, trouxe quantidade significativa de cativos para trabalharem na região. O Vale do Itapemirim recebeu grande quantidade de escravos, alguns vindo com os fazendeiros migrantes do Vale do Paraíba e outros vindos da África, inclusive após a proibição do tráfico em 1850.

3 – Da cana-de-açúcar ao café: a vila de Itapemirim e sua importância para a província do Espírito Santo

A região de Itapemirim estava entre as primeiras sesmarias doadas por Vasco Fernandes Coutinho a Pedro da Silveira em 1539. Segundo Daemon (2010, p.114), “neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”. Aparentemente, a povoa-

ção não foi bem sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em 1674, o herdeiro da Capitania Capixaba, Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo estas terras, que, por sua vez, iniciou uma busca por ouro, colonizando assim a região de Vila Velha à Benevente. Segundo Moreno,

Seus sucessores mantiveram essa iniciativa e o desbravamento continuou ocorrendo para o sul, até chegarem ao Rio Itapemirim em princípios do século XVIII – 1701 ou 1710, onde acabaram se fixando. Foram eles Domingos de Freitas Bueno Caxangá [...] e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. Sendo plana a maior parte do terreno e ainda por cima coberto por mata, o que dificultava a defesa contra eventuais ataques dos índios, a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha (MORENO, 2016, p. 19)

A colonização efetiva dessa região ocorreu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo⁷, após ataque indígena ao local. “Até por volta de 1700 nada havia de concreto no Itapemirim, porém, nos anos seguintes, a região cresceu até se tornar a segunda maior arrecadação da província, convertendo-se em importante polo econômico e político” (BRANDÃO, 1999, p. 1).

Em 1771, os puris atacaram as minas do Castelo, obrigando quantos ali trabalhavam a abandonar a região. A fim de assegurarem às mulheres e crianças retirada mais ou menos segura, homens monopolizaram a atenção dos atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício.

Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim” (OLIVEIRA, 2008, p.222).

Segundo Bittencourt (2006), no século XVIII, as terras que antes pertenciam a Inácio Pedro Cacunda, bandeirante e descobridor das Minas de Castelo, foram compradas pelo Capitão Tavares Brum, futuro sogro de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o barão de Itapemirim. Este se casou com a filha de Tavares Brum em segundas núpcias, herdando assim as terras da região e, conseqüentemente, tornando-se grande proprietário. “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio” (BITTENCOURT, 2006, p. 78).

A partir de então, a região se desenvolveu, através das lavouras de açúcar, inicialmente, e na segunda metade do século XIX com as plantações de café. Em 1808, segundo relatos da passagem do Desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, nas margens do Rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabrico de açúcar. Em 1828 havia seis sesmarias com cultivos agrícolas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados (OLIVEIRA, 2008). A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, contando com a ajuda de mineiros e paulistas, que migraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2008). Mas, muitas famílias migraram para a região em busca de terras férteis, trazendo seus escravos e maquinários. Dentre estes que vieram para Itapemirim, pode-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim, o futuro Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa (MORENO, 2016).

Bittencourt apresenta um quadro das fazendas açucareiras de Itapemirim com base nos relatos do escritor cachoeirense Antônio Marins. Segundo este, havia ricas fazendas açucareiras na região. Muitas pertenciam ao barão de Itapemirim, sendo a mais

⁷ Região no interior do Espírito Santo onde foi encontrado ouro.

importante a Fazenda Muqui. O barão possuía em todas as fazendas cerca de 400 escravos. Na Muqui havia um palacete e uma igreja consagrada a Santo Antônio. Suas terras dominavam o lado sul do rio Itapemirim. Outro fazendeiro que veio para a região de Itapemirim, o mineiro Manoel José Esteves de Lima, chefou um grupo que abriu caminho para a região, montando inúmeras fazendas até a confluência do rio Itapemirim, em “Duas Barras”. Essas fazendas foram distribuídas aos aventureiros que junto com Esteves, desbravaram Itapemirim. Outra família que possuía grande quantidade de terras em suas fazendas era a Gomes Bittencourt, que dominava o lado norte do rio Itapemirim. Marins relata que foram fundadas cerca de 50 propriedades entre os séculos XVIII e XIX (MARINS, *apud* BITTENCOURT, 2006, p. 78-79), proporcionando grande dinamismo à região.

Oliveira (2008) destaca o Barão de Itapemirim como “belo exemplar de bandeirante do século XIX. Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas [...] As primeiras estradas já permitiam trânsito mais fácil entre os diferentes núcleos de população”. Essa migração mineira, carioca e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado no Brasil no século XIX. Além disso, houve um nítido crescimento populacional na região, criando as condições favoráveis para emancipação administrativa.

Através então do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada a categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho [...]. Tomaram posse os Juizes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente Luiz José Moreira [...]. Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa (MORENO, 2016, p.33).

Segundo Marins, citado por Bittencourt (2007), Itapemirim, ao longo do século XIX abasteceu toda a província com açúcar e aguardente, além de exportar grande quantidade para o Rio de Janeiro. Rocha e Cossetti afirmam que, a produção agrícola no vale do Itapemirim ganhou novas terras com a chegada de fazendeiros mineiros e fluminenses atraídos pelas boas condições das terras, além da quantidade de matas virgens disponíveis para a produção de café no sul da província, pois

[...] apresentaria menores custos e, portanto, melhores condições de lucratividade e de expansão da lavoura [de café]; segundo, porque a proximidade da região de Itapemirim ao Vale da Paraíba, então principal região produtora de café, facilitava a vinda de fazendeiros fluminenses e tornava-a uma alternativa atraente à fronteira agrícola (ROCHA, CONSSETTI, 1983, p. 18)

Essa proximidade com o Rio de Janeiro não era lucrativa para o Espírito Santo, uma vez que o lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA, CONSSETTI, 1983). No entanto, para a Vila do Itapemirim, a exportação de café pelo seu porto conferia destaque à localidade, que acabava por se transformar em importante entreposto de produtos agrícola para o porto do Rio de Janeiro. Os fazendeiros que migraram para a região do Vale do Itapemirim, no curso do século XIX se tornaram grandes latifundiários, uma vez que conseguiram vasta área de mata virgem a baixos preços (MORENO, 2016).

Aos poucos a região do vale do Itapemirim deu lugar a fazendas de café, especialmente nas freguesias novas como as de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Nossa Senhora da Conceição do Alegre e São José do Veado (atual Guaçuí). Foi para essas localidades que seguiu grande número de fazendeiros das Minas Gerais e do Rio de Janeiro (BITTENCOURT, 1987). O solo massapê predominante na região, consistente e resistente à erosão, era considerado bas-

TABELA 1: EXPORTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM E DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 1851 (VALORES)

ANO	PRODUTO	EXPORTAÇÃO PROVINCIAL (VALORES)	EXPORTAÇÃO DE ITAPEMIRIM (VALORES)	PORCENTAGEM (%)
1851	Café	206:643\$700	24:216\$600	11%
	Açúcar	108:100\$860	59:692\$820	55%
	Aguardente	3:181\$200	3:181\$200	100%
	Total	88:138\$990	423:719\$020	20%

EXPORTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM E DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS DE 1857, 1861, 1862, 1863 (MEDIDAS)

ANO	PRODUTO	EXPORTAÇÃO PROVINCIAL (MEDIDAS)	EXPORTAÇÃO DE ITAPEMIRIM (MEDIDAS)	PORCENTAGEM (%)
1857	Arroubas de Café	136,883	23,287	17%
	Arroubas de açúcar	24,474	15,401	63%
	Medidas de aguardente	9,869	9,720	98,5%
	Importância arrecadada	58:383\$491	8:382\$172	14,3%
1861	Arroubas de Café	223,807	62,813	28%
	Arroubas de Açúcar	21,823	18,807	86%
	Medidas de cachaça	5,090	4,810	94%
	Importância Arrecadada	1.181:005\$830	356:752\$416	30%
1862	Arroubas de Café	229,447	59,621	26%
	Arroubas de Açúcar	30,006	18,170	60,5%
	Medidas de Cachaça	36	46	78%
	Importância arrecadada	386:196\$866	1.481.254\$115	26%
1863	Arroubas de Café	139,341	37,561	27%
	Arroubas de Açúcar	32,458	20,541	63%
	Medidas de Cachaça	6,120	3,600	59%
	Importância Arrecadada	1.140:517\$882	260:764\$000	23%

FONTE: RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo, 1852, 1858, 1864.

tante fértil para o cultivo do café. Além disso, o clima úmido, com chuvas regulares, favorecia as lavouras (SALETO, 1996)

A tabela abaixo revela a quantidade de açúcar, aguardente e café que foram exportados pelo Porto de Itapemirim entre os anos de 1851-1863, segundo relatórios dos presidentes e vice-presidentes da Província.

O que se pode perceber, ao analisar a tabela, é que Itapemirim tinha grande relevância econômica dentro da província capixaba, exportando quantidade significativa de café, açúcar e aguardente nas décadas de 1850-1860. Além da produção de açúcar, Itapemirim contava com plantações de alimentos, como mandioca, cebola, feijão, entre outros produtos, que eram exportados para as outras províncias brasileiras pelo porto, que vai ganhar destaque nesse período.

O porto marítimo mais importante do sul da costa era o de Itapemirim (...). A importância do Porto de Itapemirim derivava de dois fatores fundamentais para o comércio da época: primeiro, a sua localização em uma região grande produtora de café; segundo a proximidade do Rio de Janeiro. Deve-se observar que os exportadores remetiam o café para o Rio de Janeiro, de onde era embarcado para o exterior. (HESS, FRANCO, 2005, p. 34)

Toda essa dinâmica econômica, na segunda metade do século XIX, gerou um aumento populacional na região, conforme será demonstrado na tabela na página seguinte.

Assim, fica claro que Itapemirim era uma região que se destacava dentro da província capixaba, nos aspectos econômico e social. Produzindo e exportando grande quantidade de açúcar, aguardente e café, necessitava de um grande contingente de escravos para trabalhar nessas lavouras. Os dados populacionais da Tabela 2 demonstra que nesta região concentrava-se uma quantidade significativa de

escravos. Muitos destes vieram migrando com seus donos, de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Outros, porém eram oriundos do tráfico internacional de escravos. Conforme será analisado a seguir, mesmo após 1850, africanos continuaram a entrar em Itapemirim clandestinamente.

4 – 1850: O fim do tráfico internacional de escravos e sua repercussão em Itapemirim

A Lei Euzébio de Queirós, promulgada em 1850 deu fim ao tráfico internacional de escravos, que há muito tempo havia sido prometido pelo governo brasileiro, visando atender os interesses externos, já que “a revolução industrial, em marcha, vê nessa forma de trabalho um entrave a expansão do mercado.” (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2004, p. 174). O Brasil foi um dos últimos países a acabar com este tipo de comércio, findando o abastecimento externo de negros no território brasileiro. Assim, “após o fim do tráfico internacional em 1850, houve um tráfico interno, em que os escravos das cidades, do norte, nordeste e até do sul, passaram a ser vendidos para as zonas rurais do centro-sul.” (ALENCASTRO, 1997, p. 92)

Em algumas regiões do país, houve uma diminuição do número de escravos, pois estes passaram a ser vendidos para outras províncias. Isso fez aumentar o tráfico interno de escravos, onde as regiões que estavam fracas economicamente ficaram responsáveis de suprir a demanda de mão de obra das regiões de economia aquecida. Esse crescimento do tráfico interno, principalmente em meados do século XIX, intensificou a “crioulização” dos cativos, trazendo consigo a possibilidade de generalizar a ideia de “cativeiro justo”, reforçando a legitimidade da dominação escravista. Sendo assim, segundo FARIA,

após 1850, tal “crioulização” se acentuou, o que interferiu sem dúvida, no comportamento dos escravos em relação à vida e à morte. Africanos ou criou-

TABELA 2: POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM E DO ESPÍRITO SANTO AO LONGO DO SÉC. XIX

ANO	ESPÍRITO SANTO				ITAPEMIRIM							
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FOGOS	LIVRES	(%)	ESCRAVOS	(%)	TOTAL	(%)	FOGOS	(%)
1817	---	---	24.585	3.729	---	—	---	—	2.025	8%	147	4%
1818	---	---	25.960	3.729	---	—	---	—	2.025	8%	---	—
1824	22.165	13.188	35.353	5.274	1.184	5%	1.148	9%	2.332	7%	227	4%
1827	22.931	12.948	35.879	5.683	797	3%	1.038	8%	1.835	5%	229	4%
1833	---	---	27.916	---	---	—	---	—	3.051	11%	---	—
1839	---	---	26.080	---	---	—	---	—	2.487	10%	---	—
1843	21.122	10.376	32.720	7.677	1.825	9%	2.109	20%	3.984	12%	539	7%
1856	36.793	12.100	48.893	7.674	4.968	14%	3.454	29%	8.422	17%	428	6%
1857	36.823	12.269	49.092	---	---	—	---	—	4.393	9%	---	—
1872	59.478	22.659	82.137	10.774	6.808	11%	2.873	13%	9.881	12%	1048	10%

Fonte: RELATÓRIOS e FALAS dos presidentes e vice-presidentes provinciais do Espírito Santo nos anos de 1839, 1845, 1857 e 1871; MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província Do Espírito Santo*; VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*; VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*; CENSO 1872.

los, escravos do Brasil conviveram de perto com o homem branco, o que os diferenciava de algumas áreas escravistas da América. Aqui, portanto, houve possibilidade de intercâmbio ou, melhor dizendo, maior “circularidade” de culturas: Africanos se “europeizaram” e colonos brancos se “africanizaram.” (FARIA, 1998, p. 293)

Assim, as comunidades que haviam se consolidado nestas regiões, nos períodos anteriores, foram sendo separadas, uma vez que seus membros foram paulatinamente, vendidos para regiões economicamente mais dinâmicas. Porém, a lei Euzébio de Queirós não foi cumprida imediatamente pelos portos brasileiros. E o Espírito Santo não fugiu a essa regra, onde africanos continuaram a desembarcar clandestinamente no litoral capixaba, região muito visitada por navios negreiros, dando continuidade ao contrabando de escravos, apesar da vigilância, que muitas vezes, era conivente com o tráfico (MACIEL, 1994). Segundo CAMPOS *et al* (2007, p. 44), pesquisando processos da Comarca de Itapemirim na segunda metade do século XIX, “não foram poucos os casos em que escravos, arrolados em inventários, continham,

em seus registros, sua origem africana, em datas de entrada posteriores ao ano de 1859”.

O cultivo do café fez com que a região sul da província recebesse um grande contingente de escravos oriundos da África, principalmente, na primeira metade do século XIX. E mesmo “depois de 1850, apesar do fim do tráfico de escravos, os portos das regiões de Itapemirim, de Vitória, de São Mateus e de Guarapari ainda receberam muitos escravos, via contrabando.” (MACIEL, 1994, p. 28). A região sul era a mais visada pelos navios negreiros, por ter uma das maiores lavouras de café da província, tendo um policiamento ativo em sua costa, contando às vezes com unidades da Marinha de Guerra (OLIVEIRA, 2008).

Os Relatórios da Província do Espírito Santo dos anos de 1854, 1855, 1856 relatam a preocupação com a região de Itapemirim, no que diz respeito ao tráfico de africanos, sempre pedindo às autoridades reforço para esta região. No relatório de 1855, o então presidente da Província Dr. Sebastião Machado Nunes, descreve a seguinte situação:

Contrabando de Africanos. Nem—um fato tem dado na província do desembarque de africanos

boçaes (sic), ou de tentativa desse crime. Em fins de setembro do ano próximo passado apareceu nas costas desta província para o lado de Itapemirim urna embarcação suspeita. Imediatamente o delegado do termo, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, deu parte desta ocorrência ao Dr. Chefe de polícia, temendo desde logo as mais enérgicas providências. Pedia auxílio a guarda nacional, da qual lhe foi prestado imediatamente um contingente comandado pelo tenente Joaquim Marcellino da Silva Lima. Com esta força e com a do destacamento de 1ª linha, que ali existe a mando do tenente José Caetano de Oliveira Rocha, pôs-se em segurança a costa de modo a tornar impossível um desembarque naquele ponto, caso fosse tentado. Quando aqui chegarão estas notícias achava-se surto no porto o brique (sic) escuna de guerra *Xingu*: imediatamente o 2º tenente Manoel Antonio da Rocha Faria desempenhou perfeitamente esta Comissão, saindo com toda a diligência e voltando depois de obter a convicção de que se não corria o risco de um desembarque de africanos naquele ponto. A embarcação suspeita, tendo-se afastado para o lado do Sul, foi apreendida em Itabapoana pelo comandante do destacamento pertencente à província d'ório de Janeiro, e depois relaxada pela autoridade competente em consequência de ter verificado que se não empregava no comércio de africanos. Não faço menção deste fato, e suas circunstâncias, senão para pôr patente o espírito das autoridades da província, com a da mesma população a cerca do comércio ilícito de africanos; e sinto não ter presentes os nomes de todos os cidadãos guardas nacionais, que compuseram o continente, para fazer deles aqui especificada menção. Todo mundo compreende hoje que, para se não comprometer o futuro do país, é indispensável que a cessação do tráfico de africanos seja uma realidade. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1855, p. 7-8)

Já em 1856, o então presidente da Província, o Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apre-

sentou na Assembleia Legislativa o seguinte fato ocorrido:

Tráfico. Depois da apreensão do palha bote Maty Smith em 20 de janeiro último pelo brigue escuna Olinda na Barra de São Matheus, duas milhas distantes da terra, nenhum mais outro fato de semelhante natureza teve lugar em todo o extenso litoral desta província, nem no seu interior. Todavia Srs. parece que os traficantes tem lembrado de escolher alguns pontos da costa desta província, sobretudo Itapemirim e S. Matheus, para alvos de suas temerárias e criminosas tentativas: mas é de esperar que a ação vigilante do cruzeiro e das autoridades e força de terra consigam frustrar esses planos imorais. E a presidência Srs. por sua própria convicção fiel observadora das ordens terminantes e altamente conveniente do governo imperial em tão grave objeto, saberá rastrear os menores vestígios desse crime e promoverá a sua repressão com todo o rigor da lei. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1856, p. 7)

Outro relato, do Barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, conhecido como um dos maiores escravocratas de toda a província e apontado como negociante de escravos (OLIVEIRA, 2008), escreveu alertando sobre o perigo que o tráfico de escravos representava para o Espírito Santo:

Tráfico de Africanos. Suposto seja muito conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força pública e o quanto se prestam certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nenhum se tem dado desde 1851, em que se motogrou (sic) a última empresa, graças aos esforços e dedicação do então delegado de polícia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em Itabapoana apreendeu cento e tantos africanos, e bem assim, toda a tripulação do barco que os trazia; e pois se pode considerar extinto na província esse ominoso (sic) comércio. Todavia essa presidência não tem cessado de recomendar

a todas as autoridades a maior vigilância a tal respeito, com especialidade às de Itapemirim, e seria para desejar-se que o governo imperial assumindo, aos pedodos (sic) ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reaparecer nesta província. (RELATÓRIO DO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1856, p. 14)

As denúncias relacionadas ao tráfico ilegal de escravos ocorreram no Espírito Santo até o ano de 1856. Lago⁸, analisando ofícios provinciais localizou uma série de denúncias sobre o tráfico ilegal de escravos, todos em 1851. No primeiro ofício analisado, o Chefe de Polícia José Bonifácio Nascentes Azambuja enviou ofício ao Ministro da Justiça relatando a apreensão de uma Sumaca Nacional chamada "Amália" por uma comandante do Brigue de Guerra Inglês, onde a tripulação estava envolvida com o tráfico de escravos. Outro ofício foi enviado por Azambuja, relatando a apreensão de outro navio, de nome Pachabote, apreendido na Vila de Itapemirim junto com africanos "boçaes". Ambos foram enviados a Corte junto com sua tripulação para que fossem tomadas as devidas providências (LAGO, 2013, p. 46).

A Corte também se comunicava com autoridades locais capixabas. Foi enviado ofício da Corte ao Presidente da Província, que o repassou aos delegados de Itapemirim e Guarapari sobre o desembarque de africanos feito por Joaquim Ferreira de Oliveira com a ajuda de seus sócios Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo, negociantes de escravos, que conduziram os cativos ao interior de Itapemirim. A Corte exigia que os negociantes fossem encontrados pelos delegados. Outro ofício recebido pelo Chefe de Polícia Azambuja, sobre o desembarque de 270 africanos em Itapemirim, que pertenciam ao negociante José

Bernardino. O Chefe de Polícia se prontificava a auxiliar o delegado local.

Denunciando o desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denúncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila (OFÍCIO, 1851, *apud* LAGO, 2013, p. 47).

O chefe de Polícia Felipe José Pereira Leal e posteriormente o Secretario de Guerra, José Augusto Cesar Nabuco de Araújo, receberam ofício enviado pela Corte comunicando o desembarque de 120 africanos entre Itabapoana e Piúma, vindos da costa da África em um Palhabote de propriedade de Antônio Pinto da Fonseca. O carregamento era esperado na fazenda Sens, vizinha do rio Itapemirim. Outro ofício entregue ao Presidente da Província, José Ildefonso de Souza Ramos, originário do Ministério dos Negócios da Justiça, em 1852, continha informações sobre o desembarque de africanos. Também houve denúncias envolvendo os Gomes Bittencourt, fazendeiros de Itapemirim.

E sendo certo que os traficantes procurarão os portos dessa Província, principalmente Victoria, Aldea Velha, Itapemirim e Itabapoana, para efetuar os desembarques, cumpre que V. Ex. dê providências para que não sejam surpreendidas as autoridades particularmente nos portos indicados, recomendando toda atenção a respeito dos correspondentes de José Bernardino de Sá, negociante nesta Corte (OFÍCIO, 1852, *apud* LAGO, 2013, p. 48).

Percebe-se por estes ofícios que, a região de Itapemirim no período após a promulgação da Lei Euzébio de Queirós continuou recebendo navios negreiros em sua costa, o que gerava preocupação dos

8 LAGO, R. D. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

TABELA 3: ORIGEM DOS ESCRAVOS AFRICANOS PRESENTES NOS REGISTROS DE BATISMO DE ESCRAVOS (1860-1870)

ORIGEM	PAI	MÃE	AVÓ	PAD.	MAD.
AFRICANO SEM IDENTIFICAÇÃO	4	8	1	2	3
NAÇÃO	7	13	1	2	2

FONTE: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

presidentes da província, e autoridades policiais. Estes, acatando ordens do governo imperial, deveriam proibir o tráfico de escravos em seu litoral. Sendo assim, um grande número de escravos chegou a Itapemirim para abastecer as lavouras da região. Muitos destes, como se pode perceber nos relatos anteriores, chegaram através do tráfico internacional que apesar de ilegal, continuou a ocorrer no litoral sul. E isso pode ser percebido através da presença de africanos em Itapemirim.

Nos registros eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim-ES, entre os anos de 1860 e 1870 encontram-se muitos escravos e livres originários da África. Tanto nos livros de óbito de escravos, quanto nos de batismo, muitos cativos de “Nação”, “Moçambique”, “Fasula”, “Minas de Nação”, “Angola”, “Benguela” e “Congo” são encontrados. Foram ao todo 770 registros de batismo e 372 de óbitos. No livro de óbito de escravos se encontra a maior quantidade de cativos da África. Dos 372 registros, 77 referem-se a africanos, correspondendo a 21% do total. Já no livro de batismo de escravos, 21 registros referem-se a mães africanas (3%) e 11 registros trazem pais africanos (1,5%). A origem destes africanos pode ser observada nas tabelas 3 e 4.

Merece destaque os quatro africanos batizados adultos no ano de 1864 na Matriz Nossa Senhora do Amparo. No dia 21 de setembro daquele ano, Manuel Ferreira dos Santos levou à pia batismal seus escravos Manuel, com 39 anos, Luiz com 28 para 29 anos e Luiza com 20 anos, ambos “de nação”. Todos foram apadrinhados pela Protetora Nossa Senhora da Conceição e por padrinhos que eram escravos: Manoel

TABELA 4: ORIGEM DOS ESCRAVOS AFRICANOS PRESENTES NOS REGISTROS DE ÓBITO DE ESCRAVOS (1860-1870)

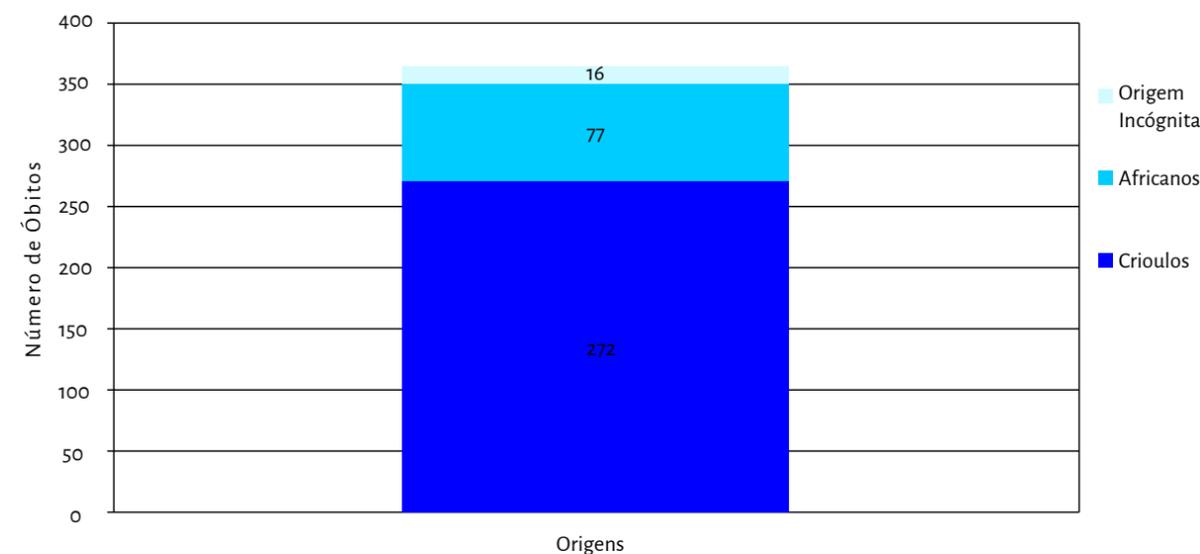
ORIGEM	HOMEM	MULHER	PAI	MÃE
AFRICANO SEM IDENTIFICAÇÃO	17	9	-	-
NAÇÃO	22	5	1	1
FASULA	7	6	-	-
MOÇAMBIQUE	1	1	-	-
MINA DE NAÇÃO	1	-	-	-
ANGOLA	4	-	-	-
BENGUELA	4	-	-	-
CONGO	2	-	-	-

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2.

teve como padrinho Antônio, Luiz foi apadrinhado pelo crioulo José e Luiza por Tito, cativos do mesmo Ferreira dos Santos. Já em 9 de outubro, também em 1864, José Joaquim Marvila possibilitou que seu escravo André “de nação” fosse batizado. Em seu registro não consta a idade, porém, sabe-se que era adulto. Foram padrinhos Manoel, escravo de Julião Fernandes Leão e Maurícia, escrava do Alferes José Monteiro Coutinho de Mello (LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, nº 2, registros nº 411, 412, 413 e 420).

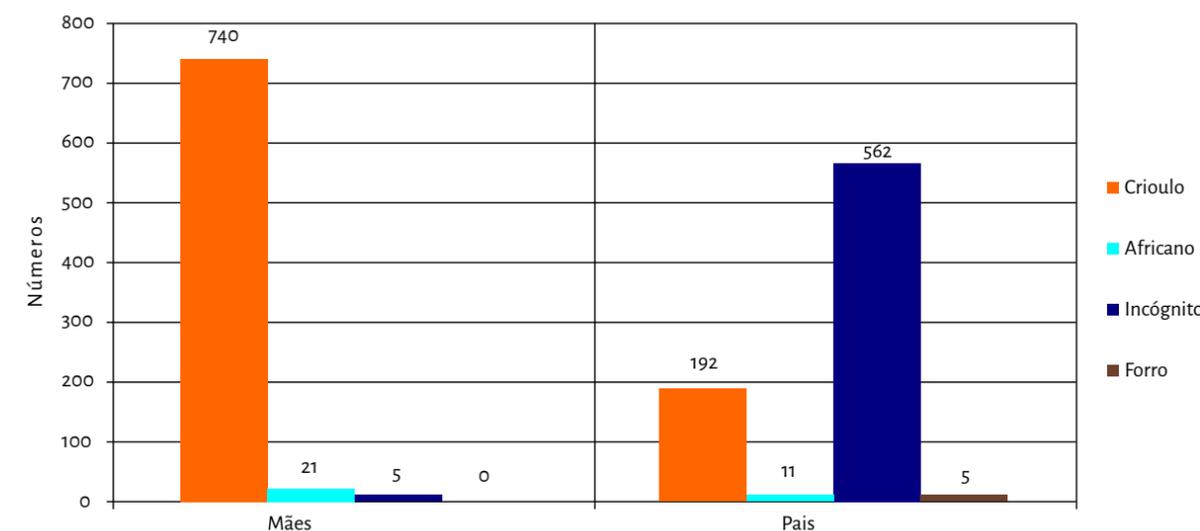
Pelos ofícios policiais fica evidente que Itapemirim recebeu escravos africanos oriundos do tráfico ilegal. Não se pode provar a origem destes escravos batizados, porém o batismo de um africano geralmente ocorria no porto em que o mesmo embarcava ou desembarcava. O certo é que Itapemirim contava com muitos cativos da África, que estabeleceram relações sociais diversas, batizando seus filhos, tornando-se compadres através do apadrinhamento, além de outras relações sociais. Estes também podiam ser apadrinhados, como ocorreu com Manoel, Luiz, Luiza e André, que adultos receberam o sacramento do batismo. Também tinham seus nomes registrados nos óbitos paroquiais após sua morte.

GRÁFICO I: Número de óbitos de Africanos e Crioulos na Freguesia de Itapemirim, E.S - 1860 à 1870.



Fonte: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

GRÁFICO II: Número de registro de batismo de mãe e pai crioulos e africanos na Freguesia de Itapemirim, E.S - 1860-1870.



Fonte: Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1850-1872), nº2.

5 – Conclusão

Este trabalho deixa claro que, regiões de pequeno destaque dentro da economia imperial, como Itapemirim, no interior da Província do Espírito Santo, também foram influenciadas pelas consequências das leis promulgadas na Corte, como a Euzébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos vindos da África. Por se tratar de uma região com economia em plena expansão, graças ao cultivo da cana e do café, muitos fazendeiros burlavam as leis imperiais, recebendo navios que transportavam escravos africanos. As denúncias presentes nos relatórios e ofícios provinciais são provas desse tráfico.

Estes registros demonstram a importância econômica de Itapemirim na segunda metade do século XIX. Merece destaque o Porto da Barra de Itapemirim, fundamental para a economia capixaba nesse período. Além de ser o ponto de embarque de mercadorias, principalmente do café e da cana, principais produtos exportados no Espírito Santo na época, era o local de chegada de mercadorias exportadas, incluindo aí os escravos. Em outras regiões do litoral sul o desembarque clandestino de cativos também ocorria.

O tráfico internacional de escravos, que era fonte de mão de obra para as lavouras brasileiras, não foi interrompido de fato com as leis promulgadas para esse fim, como a lei Euzébio de Queirós. Muitos fazendeiros continuavam adquirindo escravos oriundos da África, abastecendo suas lavouras com esta mão de obra clandestina e enriquecendo traficantes de escravos em todo o território brasileiro, não apenas nos grandes centros comerciais, mas também nas pequenas vilas, como foi o caso de Itapemirim, região sul da província do Espírito Santo.

Referências

- ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Batismo de Escravos número 2, anos de 1859 a 1872.
- ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Óbito de Escravos número 2, anos de 1859 a 1885.
- RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo nos anos de 1839; 1845; 1852; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1864; 1867 e 1868 e 1871. Disponível em <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>
- ALENCASTRO, L. F. Vida Privada e Ordem Privada no Império. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BITTENCOURT, G. *Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1535–1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convenio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.
- BITTENCOURT, G. (org.) *Espírito Santo: Um Painel da Nossa História*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes do Espírito Santo, 2002.
- BITTENCOURT, G. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.
- BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BRANDÃO, A. M. et al. *Itapemirim/ Marataízes. Resgate Histórico, Cultural e Econômico*. Cachoeiro de Itapemirim: S. E., 1999
- CAMPOS, A. P. A Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. IN: FRAGOSO, J. et al. (org's.) *Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico e Relações Sociais no Mundo Português*. Vitória: EDUFES; Lisboa: II CT, 2006.
- CAMPOS, C. R. P. et al. Sob a Poeira dos Tempos. Alguns momentos da História Social Sulcapixaba. *Cadernos Camilliani*. Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo, v.8, n.1, p. 37-50, set-dez, 2007
- DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- DEL PRIORE, M., VENÂNCIO, R. P. *Ancestrais: Uma Introdução a História da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FARIA, S. C. A *Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FREIRE, M. A. *A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Ilha de Vitória: Flor e Cultura, 2006.
- FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. *Registros Eclesiásticos e Cartoriais,*

Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí, 24 a 28/06/2012, p. 1-17.

FLORENTINO, M. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

HESS, R. R., FRANCO, S. P. *A República e o Espírito Santo – 2ª ed.*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.

LAGO, R. D. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MACIEL, C. S. *Negros no Espírito Santo*. Vitória, Departamento de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994

MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (org.). *O Brasil Colonial*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.41-104.

MATTOSO, K. M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*;

MORENO, L. R. *Itapemirim: Como tudo começou*. Serra: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: UFES, Departamento de Economia, NEP, 1983.

SALETTTO, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*;

VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*; CENSO 1872.

Recebido em: 29/08/2017

Aprovado em: 19-08/2017

